



Universidade Federal do Pará  
Campus Universitário de Ananindeua  
Faculdade de Geografia

EVA MARIA TAVARES DA SILVA

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO: TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES  
TRADICIONAIS NA REGIÃO INSULAR DA ILHA DE JOÃO PILATOS EM  
ANANINDEUA/PA.**

ANANINDEUA  
2023

EVA MARIA TAVARES DA SILVA

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO: TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES  
TRADICIONAIS NA REGIÃO INSULAR DA ILHA DE JOÃO PILATOS EM  
ANANINDEUA/PA.**

Artigo científico apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Erneida Coelho de Araujo.

ANANINDEUA - PA

2023

EVA MARIA TAVARES DA SILVA

Artigo científico apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Erneida Coelho de Araujo - Orientadora  
Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua - UFPA

Francivaldo Nunes - Titular

---

Prof. Dr. e nome  
(examinador) Instituição

Mariana Neves Cruz Melo - Titular

---

Prof. Dra. e nome

Raimundo Sócrates Carvalho - Suplente

---

Prof<sup>o</sup> Me e nome

## AGRADECIMENTOS

Não poderia começar meus agradecimentos sem antes expressar a minha enorme gratidão aos meus Orixás e Entidades que não me deixaram cair nessas batalhas diárias.

Agradeço a minha família Tavares, em especial a mulher que eu tenho orgulho em chamar de mãe Carmi Tavares, ao meu pai Claudio Martins, às minhas irmãs que são tudo pra mim Elisama Tavares e Clara Tavares, não poderia deixar de expressar a minha gratidão pelas orações de minha tia Ruth Tavares e aos apoios dos meus tios Abrão, Messias e Nazareno Tavares, aos meus sobrinhos que eu sou apaixonada Kelli, Kelvin e Kyara e a todos os Tavares que sempre estiveram e continuam me apoiando.

Agradeço a minha namorada Jesyany Souza, por todo apoio, amor, paciência e incentivo desde o ensino médio no qual sempre teve a certeza que eu chegaria na tão sonhada Universidade Federal do Pará, e quando cheguei teve todo carinho em me acolher nos dias em que nem eu mesma acreditava em mim. Obrigada por sempre estar presente junto a mim e a minha família Obrigada por tudo, amo tu!

Agradeço aos meus amigos (E6), Alex, Letícia, Vitória, Michelle e Wendell, que fizeram esse período de aprendizagem mais leve com muita amizade, amor e muitas risadas escandalosas, onde sempre houve apoio e incentivo, sempre comemorando cada uma das conquistas uns dos outros. Em especial a estrela mais linda que habita nesse espaço Wendell Silva, que nos deixou sem suas piadas, sem suas danças e sem a sua sede de vida, mas deixou de sobra muito amor, muitos momentos vividos e muitos momentos de alegria que passamos ao seu lado (In Memoriam).

Agradeço à minha orientadora Erneida, por toda paciência com sua “desorientanda”, por toda a parceria em desenvolver esse artigo, pelas suas correções e incentivos e por todos os ensinamentos repassados desde o primeiro semestre da graduação, fazendo com que hoje seja concluída essa graduação.

A todos que participaram das pesquisas, pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados.

A minha gratidão a todos envolvidos nesse processo.

## RESUMO

O presente artigo aborda a territorialidade e o modo de vida da população ribeirinha da região insular de Ananindeua, com foco na ilha de João Pilatos, localizada ao entorno do Furo Maguari e ao redor das outras ilhas do município, o seu modo de produção e os anseios vividos pelas famílias da ilha. Nas comunidades se identificam elementos da cultura ribeirinha na construção de tarefas tradicionais que ainda hoje são transmitidas ao longo das gerações, como: a pesca artesanal, o manejo do açaí e de hortas caseiras. Percebe-se que o ribeirinho não está estático no tempo, embora mantenha suas práticas tradicionais, ele recebe influências diversas da sociedade moderna. A metodologia utilizada compõe-se pela revisão bibliográfica e por entrevistas qualitativas com os moradores da localidade (mais velhos, lideranças políticas e outros), para a compreensão da realidade local, a consulta de reportagens sobre a região Amazônica foi outro meio utilizado para obtenção de informações. Como instrumento na coleta de dados, utilizou-se ainda um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas e a observação in loco. A aplicação desses métodos possibilita estudos de desenvolvimento regional e o modo de repensar as políticas públicas, as quais dificilmente contemplam essas as comunidades tradicionais. Os resultados apontam a carência de políticas voltadas a essa população e ao seu território, como acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico, esses fatos, no entanto, não eliminaram a organização política local em busca de melhores condições de vida e acesso aos direitos civis. Independente de tantas adversidades, pode-se afirmar que os ribeirinhos são resilientes e preservam seu modo de vida; produzindo policulturas com a mão de obra familiar e abastecendo o mercado consumidor da cidade de Ananindeua há gerações, e à medida que o capitalismo se expande na região, essas comunidades passam por mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e territoriais. O estilo de vida das comunidades ribeirinhas sofre influência direta dos rios, e assim a sua importância na compreensão da dinâmica local é evidente, acrescenta-se que as populações locais têm o conhecimento do espaço geográfico, noção de suas culturas, suas territorialidades, e práticas cotidianas que favorecem a preservação das florestas na região amazônica, as quais se traduzem, portanto na identidade dos moradores e senso de pertencimento em relação ao território.

**Palavras-chave:** Ilha João Pilatos; Povos tradicionais; Território.

## ABSTRACT

This article deals with the territoriality and way of life of the river population of the island region of Ananindeua, with a focus on the island of João Pilatos, located around the Furo Maguari and around the other islands of the municipality, its mode of production and the desires lived by the families of the Island. In the communities, elements of river culture are identified in the construction of traditional tasks that are still transmitted through generations, how; as artisanal fishing, açaí management and vegetable gardens. It is understood that the river is not static in time, although it maintains its traditional practices, it receives various influences from modern society. The methodology used consists of bibliographic review and qualitative interviews with the local residents (older people, political leaders and others) to understand the local reality, the consultation of reports on the Amazon region was another means used for obtaining information. As a tool for data collection, a semi-structured questionnaire with open and closed questions and the observation on site were also used. The application of these methods makes it possible to study regional development and rethink public policies, which rarely include traditional communities. The results point to the lack of policies aimed at this population and its territory, such as access to health, education and basic sanitation, but these facts have not eliminated local political organization in search of better living conditions and access to civil rights. Despite so many adversities, it can be said that the river dwellers are resilient and preserve their way of life, it can be said that the rivers are resilient and preserve their way of life; producing polycultures with the family labour force and supplying the consumer market of the city of Ananindeua for generations. The lifestyle of riverside communities is directly influenced by rivers, and thus its importance in understanding local dynamics is evident. It is added that local populations have knowledge of the geographic space, notion of their cultures, their territorialities, and practices daily activities that favor the preservation of forests in the Amazon region, which translate, therefore, into the residents identity and sense of belonging in relation to the territory.

**Key words:** João Pilatos Island, Traditional Peoples, Territoriality.

## INTRODUÇÃO

A população amazônica foi construída a partir de processos de colonização de diversos povos derivados de diversos grupos étnicos e tradicionais que fazem parte da região, dentre esses povos se destacam as comunidades tradicionais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente: “Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007)”.

As ciências humanas remetem o termo de modo de vida, tratado sob o contexto de “gênero de vida” que segundo La Blache (2005, p. 2) “implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas”. Para Louzada (2014, p. 53), as diversas definições de ribeirão servem para destacar um ponto em comum: o elo de proximidade com os rios, igarapés, paranás, furos. Esses elementos da natureza hídrica têm uma importância vital, pois são o principal meio de locomoção em grande parte da Floresta Amazônica. Todavia, esse elo é superior à necessidade de locomoção, já que esses corpos d'água também são fontes do alimento básico dessas populações.

Segundo Silva (2010), mesmo vivendo em um ambiente rico em biodiversidade e cultura, a população ribeirinha enfrenta sérios problemas estruturais como ausência de energia elétrica, falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à educação e saúde. Para além disso, convivem ainda com o pouco ou nenhum conhecimento sobre seus direitos e políticas públicas; “Quando essas são desenvolvidas, não são levados em consideração as especificidades dessas populações refletindo em problemas que os assolam na esfera econômica, de educação e de saúde” (Conceição; Sodré; Filho, 2021).

As populações ribeirinhas são objetos de estudos de diversas ciências, uma delas a geografia, na Amazônia é possível encontrar esses povos ao longo dos rios, no qual ainda são vistos como um povo “primitivo” pela população urbana, por conta do seu modo de vida e sua sobrevivência que vem da pesca, extrativismo vegetal e plantações de subsistência, a dinâmica de vida do ribeirão é regida pelo tempo da natureza e do rio, totalmente diferente do tempo em que se vive na cidade, onde a tecnologia deixa tudo mais rápido na palma da mão, tendo assim o pensamento de ser “superior” (Santos; Salgado; Pimentel, 2010).

O Estado do Pará possui 39 (trinta e nove) ilhas segundo Silva (2010), com diferentes características ambientais incluindo ilhas com áreas de grande avanço da urbanização como no caso da ilha de Caratateua (Outeiro), a região insular de Belém possui um grande acervo científico a seu respeito, o mesmo não acontece com a região insular de Ananindeua que mal é conhecida por seus próprios moradores da região, sendo este um dos motivos da escolha de área de estudo, além disto o artigo visa ainda beneficiar a população local que carece de boas políticas públicas, principalmente econômicas como foi analisada durante as visitas de campo e no questionário aplicado.

Os ribeirinhos, no contexto geral, são caboclos que vivem às margens dos rios de onde tiram o seu principal sustento por meio da pesca artesanal. Cultivam pequenas roças, como a mandioca, a banana e os legumes para consumo próprio e, não raramente, extraem vegetais da selva como o palmito (Pinheiro, 2012).

Ao longo da história a Amazônia foi compreendida como a construção de múltiplas desigualdades, sendo o de caráter econômico um dos mais existentes. Segundo Iêda Silva (2017) pode-se compreender que esta é produto da contradição existente entre o significado social e cultural no território amazônida expressa nos defasados modos de vivência acerca da população ribeirinha.

Castro (1997) destaca dois elementos definidores da territorialidade ribeirinha, a floresta e os cursos d'água, não somente como recurso de sustentação, mas como forte significado na identidade. Durante o cotidiano dessas famílias foram desenvolvidas atividades combinadas entre o roçado (o cultivo das plantas medicinais e frutíferas), a extração vegetal (pesca) e animal, além da pequena criação de animais domésticos.

Para Robert Sack (1986), a territorialidade é algo enraizado social e geograficamente, estando relacionada à maneira com que as pessoas usam o meio e organizam-se no espaço e como dão sentido ao lugar. A territorialidade é um uso sensato do espaço historicamente, sendo o componente geográfico para se entender como a sociedade e espaço estão inter-relacionados.

A territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. Nesse sentido, é necessário a valorização dos saberes do povo ribeirinho, uma vez que estes convivem harmonicamente com o ambiente e cultivam vivências repletas de histórias e estórias, visando a preservação do meio ambiente no presente e no futuro, favorecendo também as gerações futuras.

As identidades territoriais são traçadas no e pelo processo de apropriação do espaço entre as relações de poder. No entanto se pode assegurar que em todo processo de territorialização as identidades se constituem, não se pode afirmar que toda identidade é dada a partir de um território, nem toda identidade constroi territórios, pois todas estão situadas no espaço-temporal, mas apenas algumas têm seu ponto referencial no território (Silva, 2017).

Mas, afinal, o que constitui este universo identitário dos povos amazônicos? Quais são as necessidades e caminhos possíveis a partir dos conhecimentos empíricos das comunidades que os levam ao pertencimento do seu território? Assim se buscou um contato direto com a comunidade, observando-se as interações cotidianas, ou seja, o modo de vida desta população através de tais objetivos específicos:

- a) Relação da população com a natureza;
- b) Importância da conservação na região insular.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Quando se inicia a discussão a respeito da identidade amazônica, a população ribeirinha é imediatamente apontada como uma população tradicional, pois ela representa um saber tradicional da Amazônia, e a partir dessa discussão se tem uma dimensão da importância da conservação e preservação dos rios e matas da região.

Segundo Cruz (2011) às populações “tradicionais” se organizam, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades e identidades territoriais. Essas lutas são lutas por redistribuição e por maior igualdade de acesso aos recursos materiais bem como pelo reconhecimento da legitimidade das diferenças e identidades culturais expressas nos diferentes modos de produzir e nos diferentes modos de viver de tais populações.

As comunidades tradicionais são caracterizadas como trabalhadores da terra, ou seja, trabalhadores que desenvolvem meios de produção através da natureza e do que ela pode fornecer. As comunidades tradicionais são formadas por seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, marisqueiras e também ribeirinhos. O termo “ribeirinho” faz referência àquele que anda sobre os rios, que por sua vez “constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras férteis de suas margens” (Fraxe; Pereira; Witkoski, 1994 p. 94).

Dentro do que se denominam comunidades tradicionais, mais especificamente

falando, têm-se as comunidades ribeirinhas, as quais vivem às margens de rios e sobrevivem de acordo com más condições impostas pela natureza. Chaves (2001) afirma que a população ribeirinha é exemplo e referência entre os povos tradicionais pela maneira como se comunicam, bem como pelo tempo em que passam em contato com a natureza, aprimorando diariamente seus conhecimentos sobre a água, fauna e flora. As comunidades ribeirinhas em maior parte são compostas por indivíduos que trabalham com a pesca, agricultura e eventualmente com a comercialização de seus produtos extraídos da natureza. Como supracitado, vivem à beira dos rios e igarapés, desta forma se condicionam a sazonalidade da natureza.

Loureiro afirma que “os rios na Amazônia consistem em uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcional. O rio é o fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana conferindo um ethos e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, fertilidade e carência, a formação e a destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo (Loureiro, 1995, p. 121).

As comunidades tradicionais ribeirinhas estabelecem uma relação com os rios, onde o rio lhes traz um significado muito grande, configurando-se como uma parte de sua vida ou até mesmo a sua vida, descrição de Cruz M. (1995, p. 04).

“[...] Rio e ribeirinho são parte de um todo. Se o rio oferece seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe natureza, mãe-d’água, cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem[...].”

As marés condicionam o estilo de vida das populações ribeirinhas; regulam a navegação e o comércio; influenciam os hábitos de vida do ribeirinho; estabelecem os horários de acordar, de pescar, de caçar e de lazer; facilitam o acesso dos extratores aos centros de exploração e para a coleta dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros (Tourinho et al., 2009).

Além da importância dos rios, as populações tradicionais têm um modo de vida muito particular em diversos âmbitos como: uso do território, uso e manejo dos recursos locais com seus conhecimentos empíricos em conjunto com a comunidade, no estabelecimento de relações sociais como o de compadrio e parentesco, isso se configura como singularidades da própria região (Chaves, 2001).

A importância do povo nativo da Amazônia ultrapassa qualquer esfera, haja vista que, segundo Silva (2014) as comunidades tradicionais, antes mesmo dos cientistas, são o

povo que possui o conhecimento empírico necessário para a utilização e manuseio dos recursos, como por exemplo, os alimentos.

A construção do saber tradicional possui inúmeras peculiaridades. É um saber alicerçado na vivência dos indivíduos, nas suas relações pessoais, sociais e também com o ambiente. Pode-se afirmar que o conhecimento tradicional é fruto do trabalho e das descobertas de um grupo, o que justifica sua riqueza e diversidade (Mendonça et al., 2007, p. 91) descreve em sua obra que:

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearam a sua organização social em um sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto desenvolveram-se o homem e a sociedade amazônica, ao longo de um secular processo histórico e institucional.

Segundo Silva (2010), mesmo vivendo em um ambiente rico em biodiversidade e cultura, a população ribeirinha enfrenta sérios problemas estruturais como ausência de energia elétrica, falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à educação e saúde. Para além disso, convivem ainda com o pouco ou nenhum conhecimento sobre seus direitos e políticas públicas. “Quando essas são desenvolvidas, não são levadas em consideração as especificidades dessas populações refletindo em problemas que os assolam na esfera econômica, de educação e de saúde” (Silva, 2010 ).

Sobre a alimentação das populações ribeirinha Josué de Castro, faz uma análise a respeito de a dieta alimentar, que consiste basicamente em derivados da mandioca, da pesca, do açaí entre outras coisas que a própria floresta lhes oferece, assim ele escreve:

Com a massa da mandioca bem amassada preparam uma infinita variedade de pastas conhecidas pelo nome de beijus, variando em sua forma, tamanho, consistência, tempero e gosto, tomando em cada caso um nome diferente de beiju - açu, beiju - cica, beiju - membeca, beiju - peteca, beiju - toteca e muitos outros, conforme encontra documentado em trabalho de Nunes Pereira sobre a alimentação da Amazônia. (Castro, 1984, p. 45).

O açaí além de fazer parte de um cardápio alimentar do ribeirinho, ele também faz parte da fonte de renda das famílias das comunidades. O açaí, fruto típico de áreas alagadas, mais que um simples fruto natural, para muitas comunidades amazônicas é um elemento constitutivo da cultura, marcando paisagens e os meios de vida ribeirinhos (Fontes; Ribeiro, 2012).

Nota-se que entre as principais atividades econômicas que são desenvolvidas no Estado do Pará, a fruticultura de açaí é a que apresenta maior potencial de distribuição de renda, tendo em vista que ela envolve milhares de pequenos produtores e indústrias processadoras (Silva, 2016). A comercialização do açaí, impulsionada por suas propriedades

nutricionais e multifuncionalidade na dieta humana, tem experimentado uma expansão significativa tanto em âmbito nacional quanto internacional. No contexto da agricultura familiar, a atividade extrativista do açaí representa a principal fonte de subsistência para um expressivo número de produtores na região amazônica brasileira. É importante ressaltar que em 2022, a produção total de açaí atingiu 1,6 milhão de toneladas, distribuídas em 224,04 mil hectares, com uma produtividade de 7,12 toneladas por hectare, gerando um valor de produção de 5,93 bilhões de reais. Destaca-se o município de Igarapé-Miri como o principal produtor, responsável por 420,7 mil toneladas, representando 26,4% da produção paraense (Agência Pará, 2023).

O termo “meio de vida”, foi e vem sendo muito utilizado nos estudos com o objetivo de demonstrar as transformações em grupos ou sociedades rurais. Sobre o modo de vida dos ribeirinhos, Loureiro (1992) retrata que estes desenvolvem uma estrutura produtiva, exclusivamente, embasada na subsistência, as principais atividades eram o extrativismo e a agricultura, desenvolvidos por meio de técnicas rudimentares e formas tradicionais.

A obra “Os parceiros do rio Bonito” (1964), de Antonio Candido, desponta como um marco nos estudos sobre a interação entre cultura e meio ambiente nos meios de vida tradicionais. Candido, ao analisar a vida social como um todo integrado, evidenciou que as necessidades humanas transcendem o plano físico, englobando as dimensões sociais e culturais. Nesse sentido, as formas de organização e cultura de um grupo são interpretadas como estratégias para a reprodução social e material, moldadas pela relação com o meio ambiente.

Segundo Silva e Freitas (2021) meios de vida podem ser definidos como um conjunto de atividades, ativos e acessos que as pessoas têm para construir seus hábitos, suas relações sociais, seu consumo alimentar, ou seja, suas necessidades de vida.

Quando se fala em populações ribeirinhas pesca rudimentar, criação de animais para completar a escassa alimentação (por, logo vem ao imaginário pessoas que vivem na beira do rio, com uma economia fraca advindas da cos, galinhas e patos), pesca e uma pequena agricultura familiar de subsistência.

A Ilha de João Pilatos, exemplifica um modelo de comunidade tradicional cuja subsistência está intrinsecamente ligada à exploração de recursos naturais. A população local, composta majoritariamente por pescadores artesanais e pequenos extrativistas, depende principalmente da coleta de açaí. A cultura rudimentar observada na ilha reflete a alta dependência dos fatores naturais, climáticos, biológicos e hidrológicos, que condicionam a sobrevivência e a reprodução social da comunidade.

A partir dessa premissa, o território é compreendido como o espaço essencial para a manutenção do modo de vida e o desenvolvimento das práticas sociais (Marques, 1994). Assim, o território se configura como o resultado da interação entre um grupo social e o espaço, onde o modo de vida e o território se complementam e se fortalecem mutuamente.

Dessa forma, cria-se forte vínculo de territorialidade, a qual se efetiva nas relações sociais do cotidiano (Saquet, Sposito, 2009).

Ainda nesta mesma linha de pensamento, Diegues (1996) traduz o território como o espaço das reproduções culturais, onde os grupos sociais possuem uma íntima relação com ele, apresentam comportamento familiar e dependência econômica.

Para Santos:

“O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população”. (Santos, 2000, p.96).

Nesse sentido, acredita-se que a comunidade tradicional em si é o ambiente onde se concretizam as relações sociais, estilos de vida e saberes repassados, evidenciando sempre a importância de sua cultura, nunca perdendo, dessa maneira, a construção e essência da sua identidade.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi conduzida em três etapas metodológicas distintas: (i) revisão bibliográfica, abrangendo revistas científicas, documentos online, artigos correlatos, documentos municipais e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (ii) visita técnica de campo, destinada à análise da área de estudo; e (iii) aplicação de questionários, visando a coleta de dados primários.

Para responder ao objetivo proposto foram percorridos caminhos inseridos no método qualitativo, que para Ludke e André (1998) permite um contato direto com o contexto, com a situação a ser estudada, com as interações cotidianas e busca na subjetividade dos atores envolvidos a percepção da realidade.

Dessa forma, foram utilizadas como instrumentos básicos a realização de entrevista semi-estruturada (Ludke; André, 1998) e Observação Participante (Geertz, 1989).

Desse modo, foram levantados dados sociais das famílias nas comunidades: Nova Esperança, João Pilatos e Igarapé Grande, localizados na Ilha de João Pilatos (Fig. 1) através de entrevistas semi-estruturadas. Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde (Ludke; André, 1998).

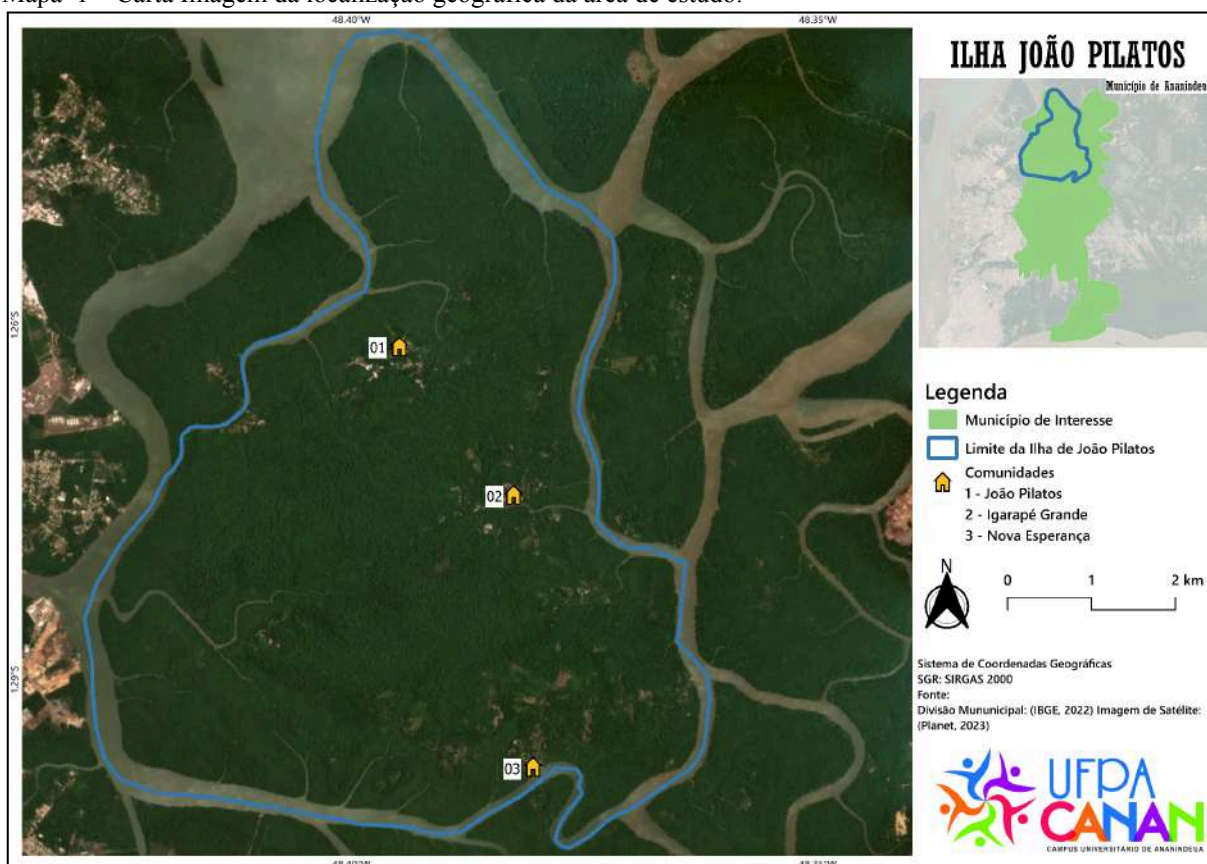
As entrevistas foram realizadas no período de 03 a 21 de abril de 2023. A fim de preservar a identidade dos participantes, os dados foram analisados utilizando-se apenas a codificação numérica. Todos os entrevistados participaram de forma livre e consciente, consentindo com o uso de suas respostas para fins de pesquisa. Foram conduzidas 10 entrevistas na comunidade Nova Esperança, 8 em Igarapé Grande e 10 na comunidade João Pilatos. Adicionalmente, 20 entrevistas foram gravadas e, com a devida autorização dos participantes, foram realizadas coletas fotográficas para complementar os dados obtidos.

## **ÁREA DE ESTUDO**

Segundo dados do site oficial da Prefeitura de Ananindeua, a região possui 8 ilhas na região insular. A ilha possui 3.854, 7138 ha, faz limite ao norte com as ilhas de Mosqueiro e São Pedro, ao leste com as ilhas de Santa Rosa, Sororoca e Sassunema, ao sul com a Ilha de Guajarina e a oeste com as ilhas de Caratateua, Viçosa e a área continental de Ananindeua. Além de ser cercada por grandes rios como o Maguari, possui vários furos e igarapés, que nascem nos municípios de Benevides, Marituba e Ananindeua e deságuam na Baía de Santo Antônio e Guajará formando a Bacia de João Pilatos.

A ilha de João Pilatos é formada por 3 (três) comunidades: Nova Esperança, Igarapé Grande e João Pilatos (Fig. 1). O acesso à ilha e às margens se dá por via do Rio Maguari através de transporte fluvial, saindo do Porto do Surdo no Curuçambá a comunidade mais próxima é a Comunidade Nova Esperança que fica a 10 min do porto, um morador da comunidade trabalha fazendo a travessia com um “barco de linha”.

Mapa 1 – Carta Imagem da localização geográfica da área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A comunidade de João Pilatos, tem uma notável proximidade geográfica com a ilha de Caratateua, estabelece o Porto Fidelis como seu principal ponto de acesso. Este porto, localizado em Caratateua, serve como porta de entrada para os moradores e visitantes que buscam alcançar João Pilatos, demandando uma travessia aquática de aproximadamente 30 minutos. Contudo, a duração desta travessia pode apresentar variações significativas, influenciada diretamente pelo tipo de embarcação empregada, pelas condições climáticas e pelas marés. Durante os dias úteis, a rota aquática é atendida por linhas de transporte regulares, estabelecidas para suprir as necessidades de deslocamento, principalmente dos professores da escola estadual local. Nos finais de semana, o panorama do transporte se modifica, com a predominância de embarcações particulares, operadas pelos próprios moradores. Esta mudança evidencia a autonomia da comunidade na gestão de sua mobilidade e a adaptação às suas necessidades específicas.

A comunidade de Igarapé Grande, por sua vez, situada na região central da ilha, apresenta um cenário de acesso mais complexo. A sua localização geográfica, mais isolada, impõe desafios logísticos adicionais. As principais vias de acesso a Igarapé Grande são constituídas por uma trilha terrestre, com origem na comunidade de João Pilatos, e pelo

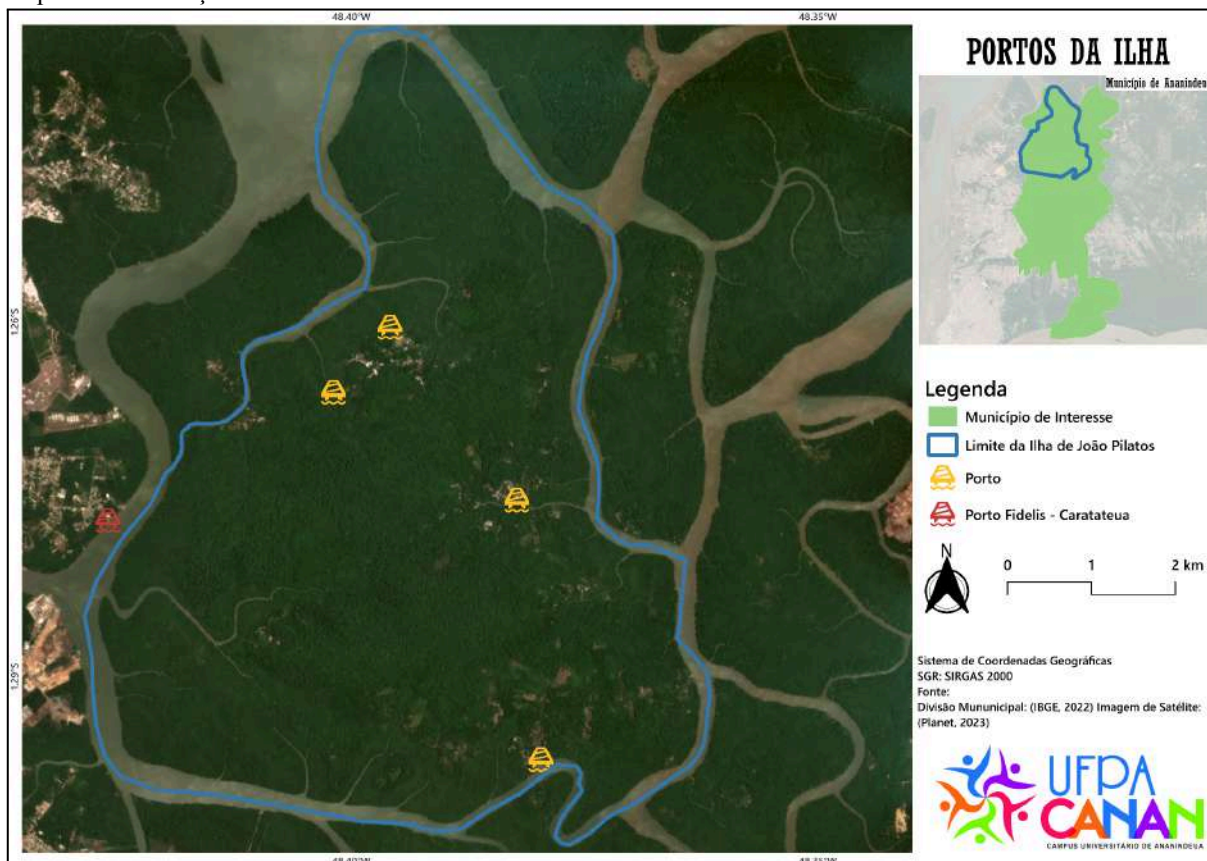
acesso fluvial, a partir da comunidade de Nova Esperança. Estas opções de acesso, cada uma com suas particularidades, refletem a diversidade dos meios de transporte utilizados pela população local e a sua adaptação às condições geográficas da ilha.

Figura 1 – A) Porto para o acesso a Comunidade João Pilatos; B) Porto para o acesso a Comunidade Nova Esperança; C) Trilha para o acesso a Comunidade Igarapé Grande; D) Praça Proença e Souza em homenagem à família fundadora da Comunidade João Pilatos.



Fonte: Acervo da autora (2022)

Mapa 2 - Localização dos Portos da Ilha.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa visa analisar as múltiplas perspectivas sobre os povos tradicionais e sua reprodução social no território, com ênfase na relação intrínseca com a natureza e nos elementos culturais que os caracterizam. O estudo busca identificar e discutir os desafios enfrentados por essas populações, notadamente a insuficiência de políticas públicas adequadas, como a precariedade de infraestrutura, instalações portuárias e vias de acesso.

Buscamos desvelar a Amazônia como um espaço de multiplicidades intrinsecamente conectadas, onde a diversidade cultural, ambiental e social se manifesta de forma singular. Ao longo de sua formação histórica, os grupos sociais que habitam este território desenvolveram características distintas, moldadas por suas interações complexas com o meio ambiente e por suas trajetórias singulares. Esta abordagem visa evidenciar a riqueza e a complexidade da Amazônia, reconhecendo a importância de suas múltiplas dimensões para a compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados por seus habitantes.

A amostra deste estudo foi definida em 28 residentes. A distribuição por gênero revelou uma predominância de mulheres, com 20 entrevistas realizadas, em contraste com 8

entrevistas com homens. A faixa etária dos entrevistados variou de 24 a 70 anos, refletindo a diversidade etária nas comunidades. Observou-se, contudo, uma variação na distribuição etária entre as comunidades. Na comunidade Nova Esperança, a amostra foi composta majoritariamente por residentes com idade mais avançada, enquanto na comunidade João Pilatos, a predominância foi de indivíduos mais jovens.

A coleta de dados revelou uma participação feminina significativamente maior nas entrevistas, um padrão que pode ser interpretado à luz da dinâmica do mercado de trabalho local. A predominância de homens ribeirinhos em atividades laborais, especialmente durante o horário comercial, período em que os formulários foram aplicados, pode ter limitado sua disponibilidade para participar da pesquisa. Essa observação destaca a importância de considerar os fatores socioeconômicos e as rotinas de trabalho ao planejar e executar pesquisas em comunidades tradicionais.

Os relatos obtidos nas entrevistas revelaram um nítido contraste entre o modo de vida ribeirinho, caracterizado pela pesca artesanal, agricultura de subsistência e sólidos laços comunitários, e o modo de vida urbano, marcado pela diversificação das atividades econômicas e pela individualização das relações sociais. Essa dicotomia corrobora os achados de estudos que enfatizam a relevância da interação com o ambiente natural na construção da identidade e da cultura das comunidades ribeirinhas.

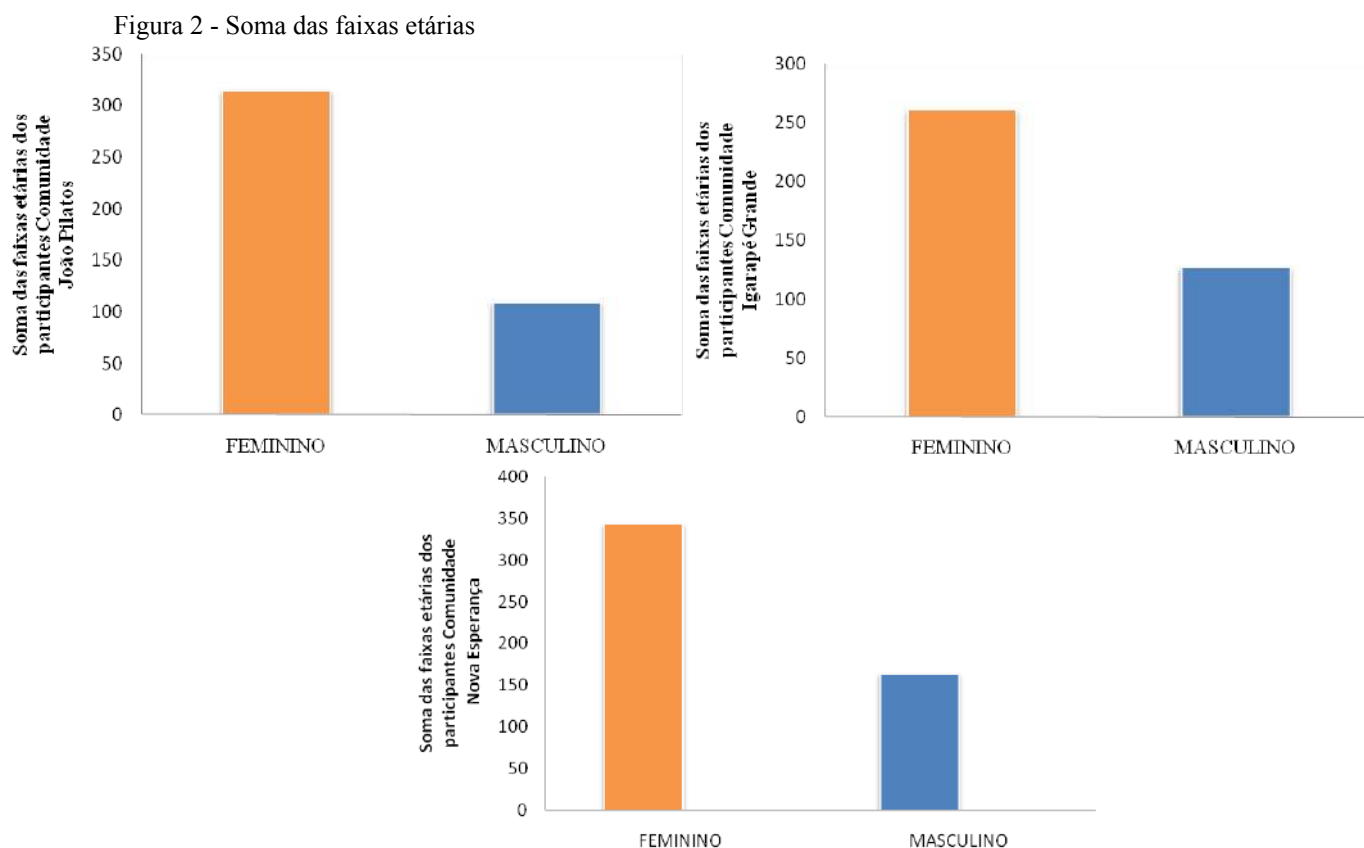
A influência do meio urbano sobre as comunidades adjacentes é inegável. Na comunidade Nova Esperança, a proximidade com o bairro do Curuçambá, e seu relevante ponto de acesso, o Porto do Surdo, induz os moradores a buscarem alimentos, serviços de educação e saúde no centro urbano. Essa dinâmica resulta em uma crescente integração aos padrões de consumo e comportamento característicos do ambiente urbano, evidenciando a complexidade das interações entre comunidades tradicionais e centros urbanos.

A análise da distribuição etária revelou um padrão distinto entre as comunidades. Nas comunidades de Nova Esperança e Igarapé Grande, observou-se uma elevada proporção de idosos residindo sozinhos, enquanto em João Pilatos, a população é predominantemente composta por jovens e crianças. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao índice de migração de indivíduos entre 16 e 30 anos, que buscam oportunidades de emprego e formação educacional na Região Metropolitana de Belém (RMB).

A ausência de escolas de ensino médio na ilha obriga os jovens a se deslocarem para os centros urbanos, a fim de concluir seus estudos e acessar serviços não disponíveis localmente. Soma-se a essa questão o desinteresse dos jovens em dar continuidade às atividades tradicionais, como a agricultura e a coleta de açaí. Consequentemente, a população

residente na ilha é composta majoritariamente por idosos, que relatam dificuldades de adaptação à vida urbana.

A amostra do estudo foi composta predominantemente por adultos na faixa etária de 30 a 55 anos, com maior representatividade do gênero feminino. A média de tempo de residência dos participantes nas comunidades variou entre 7 e 15 anos.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A comunidade insular enfrenta uma série de desafios decorrentes da carência de serviços públicos essenciais, incluindo o acesso limitado à água potável, a inadequação da coleta de resíduos sólidos, a distância considerável até a escola de ensino fundamental, a crescente insegurança, evidenciada pela incidência de pirataria, e as dificuldades de comunicação, decorrentes da falta de acesso à telefonia e à internet.

Esses problemas são agravados pela baixa representatividade política, pela frágil articulação social e pela percepção de que a ilha não receberá atenção adequada ou soluções para seus problemas em curto prazo. Adicionalmente, a população local vivencia o aumento do custo de vida, o que dificulta a manutenção do modo de vida tradicional, baseado na pesca, na agricultura de subsistência e na coleta de açaí.

Embora o ecoturismo apresente potencial de crescimento com o investimento da Prefeitura de Ananindeua com o seu atual diretor de Turismo Adrielson Furtado em parceria com a Empresa Grão Ipá, a comunidade carece de infraestrutura e suporte para desenvolver essa atividade de forma sustentável, como a oferta de serviços de hotelaria e restaurantes.

A Figura 3 mostra o cultivo de mudas de açaí (*Euterpe oleracea Mart*) em viveiros, tal prática é comum no cotidiano da ilha, assim, o fruto gera renda e se constitui na base alimentar das populações nestas comunidades insulares.

Figura 3 - Viveiro de mudas de açaí

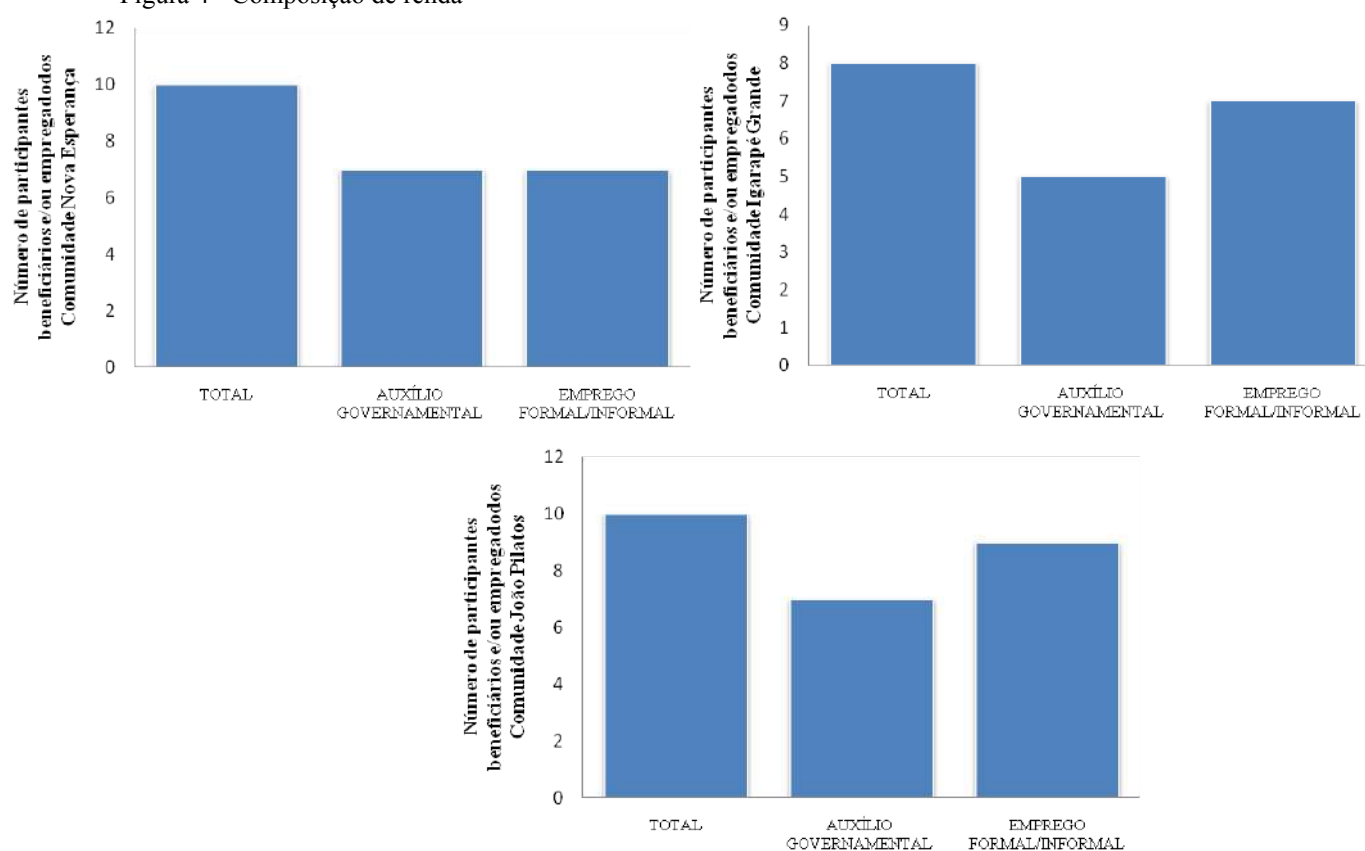


Fonte: acervo da autora (2023)

Quanto à representação política dos ribeirinhos, observa-se a falta de representação política, apesar da atuação da associação, a mesma ainda não é o suficiente, e assim a invisibilidade para as reais problemáticas amplia a cada dia mais a vulnerabilidade dessas comunidades. Apesar das inúmeras visitas turísticas através do Ecoturismo realizado pelo Grão Ipá em parceria com a Secretaria do Turismo com o secretário Adrielson Furtado e de pesquisadores na região, ainda não são o suficiente para que o poder público atue nas comunidades trazendo o mínimo de visibilidade para a população.

No que diz respeito à economia local, ela é gerada grande parte de atividades sazonais de subsistência, como o extrativismo vegetal (açaí, cupuaçu, castanha do Pará) e a pesca de camarão e peixe, além daqueles que recebem auxílio governamentais. Observa-se que a composição de renda (Fig. 4) dos ribeirinhos provém principalmente das vendas dos cultivos das espécies vegetais e de suas práticas pesqueiras, contudo como já citado, o número de idosos e crianças é elevado na região insular, logo em função da condição de vulnerabilidade alguns residentes têm acesso aos auxílios governamentais, como por exemplo o bolsa família.

Figura 4 - Composição de renda



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Art. 205 da Constituição Federal de 1988, prevê que a educação formal é um direito de todos e dever do Estado, e se faz de essencial importância para o desenvolvimento do ser humano, preparando-o para o exercício da cidadania, assim como permite a qualificação para o mercado de trabalho.

Diante disso, podemos assegurar que a inclusão escolar não está restrita apenas em aplicar o direito que determina que as pessoas tenham acesso à educação (Mantoan 2006). Mas, ela precisa se adequar às diversas realidades para seu acesso, logo, diante desse

panorama se faz necessário promover meios para que o aluno tenha acesso a mesma. A educação formal na ilha é aplicada por professores da zona urbana que são transportados diariamente através da lancha escolar até as comunidades que possuem a escola. A precarização escolar na localidade aponta que os índices de escolaridade da ilha são reduzidos.

As dificuldades de locomoção até a escola, decorrentes das más condições do transporte, expõem os alunos a diversos riscos e comprometem sua segurança física e emocional. A jornada escolar, marcada por longas caminhadas, alagamentos e a precariedade das embarcações, além de gerar estresse e fadiga, contribui para a evasão escolar, perpetuando as desigualdades sociais e limitando as oportunidades de desenvolvimento desses jovens.

Mapa 3 - Trajeto Escolar



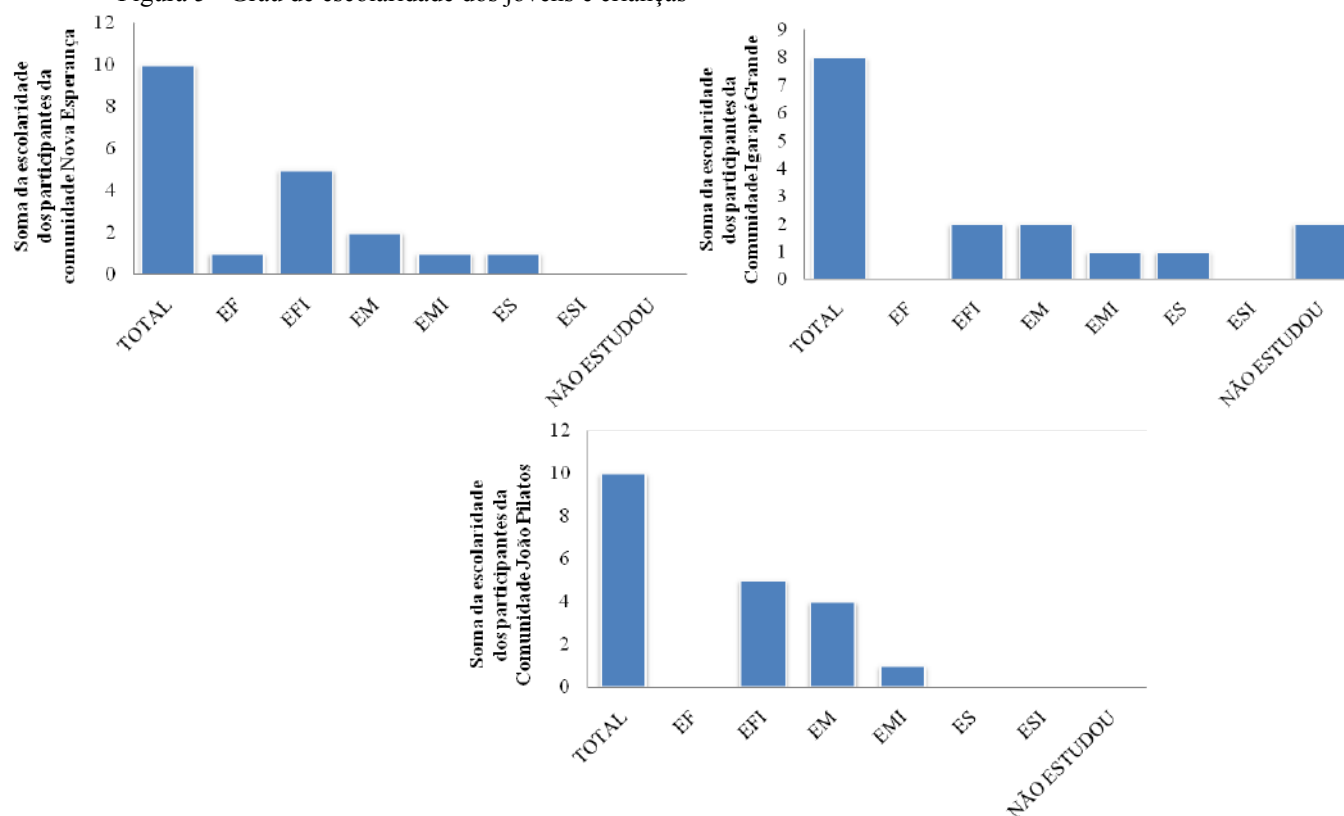
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A evasão escolar configura-se como um fenômeno multifacetado que transcende os limites institucionais da escola, reverberando em toda a comunidade. A interrupção da trajetória educacional, motivada por uma complexa rede de fatores socioeconômicos, culturais e individuais, acarreta prejuízos substanciais para os estudantes, comprometendo seu desenvolvimento cognitivo, social e profissional.

A evasão escolar, portanto, não se restringe à perda de oportunidades individuais, mas também fragiliza o tecido social, perpetuando ciclos de desigualdade e limitando o potencial de desenvolvimento da comunidade como um todo.

Dentre as principais consequências, tem-se a permanência da desigualdade social, pois a baixa escolaridade dificulta o acesso ao mercado de trabalho e outras estratégias de obtenção de renda na fase adulta (Santana et al., 2015).

Figura 5 - Grau de escolaridade dos jovens e crianças



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

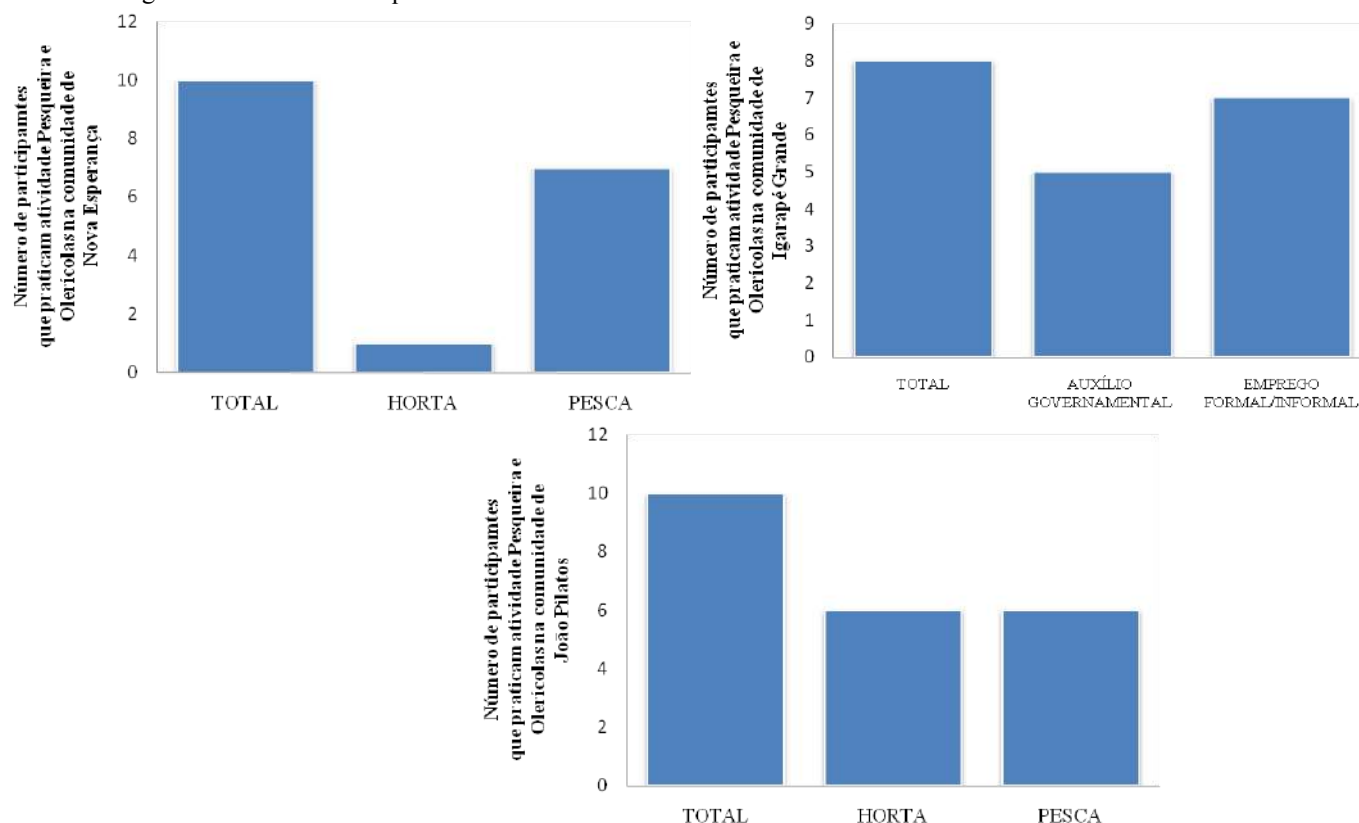
Do ponto de vista socioeconômico é destacado a variedade e produtividade de espécies vegetais e animais presente nas regiões de várzeas. Na cultura ribeirinha, a alimentação provém principalmente da pesca e da agricultura, herdadas dos seus antepassados e mantidas até os dias atuais. A pesca e a caça são importantes no complemento da dieta, destacando o consumo do açaí nativo e manejado, farinha de mandioca, peixe e camarão, na alimentação dos ribeirinhos amazônicos.

Gama (2018) observaram que a economia nas comunidades ribeirinhas que vivem à margem dos rios e sob influência das marés, baseia-se nas atividades de pesca e extrativismo vegetal. Na Ilha de João Pilatos, Silva (2020) destaca que na Ilha dos Carás a pesca do camarão e do peixe é praticada principalmente durante o verão, porém a com a escassez dos

rios e igarapés os levam a comprar produtos industrializados, comprar na cidade ou até mesmo a criação de aves.

A pesca e a agricultura não somente suprem a necessidade alimentícia, mas também geram renda a essa população. Praticar a pescaria, para um ribeirinho, é responsabilidade que ele carrega ao longo da vida, para o sustento da sua família (Nogueira; Souza, 2019).

Figura 6 – Atividade Pesqueira e Cultivo de Olerícolas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

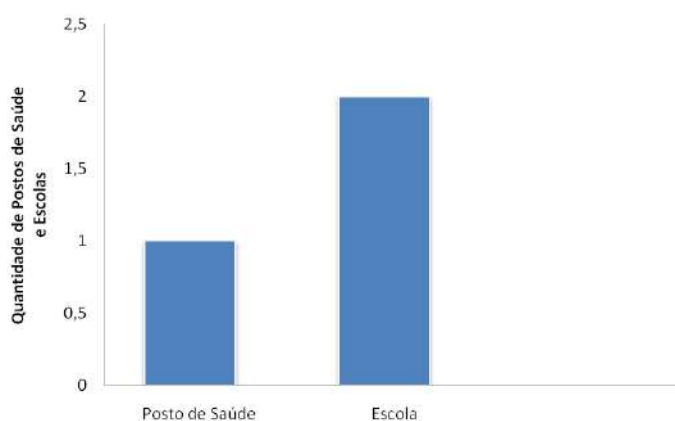
As comunidades ribeirinhas enfrentam desafios significativos no que concerne à saúde, o acesso à assistência médica, em particular, é extremamente limitado nas áreas ribeirinhas, onde a cobertura por agentes comunitários de saúde é escassa. A necessidade de deslocamento para os centros urbanos mais próximos, por meio de longas viagens em embarcações precárias, agrava ainda mais a situação, comprometendo o acesso oportuno aos serviços de saúde e a continuidade do tratamento.

A infraestrutura de saúde da ilha é precária, contando com apenas um posto de saúde, localizado na comunidade de Igarapé Grande. Os residentes relatam que as principais ocorrências de enfermidades incluem: diarreia e vômitos, especialmente em crianças; suturas e curativos, prevalentes entre os jovens; e hipertensão arterial, comum entre os idosos. A frequência de atendimento no posto de saúde é limitada a duas vezes por mês, quando

profissionais de saúde do município realizam consultas, deixando a população vulnerável à falta de assistência médica e à escassez de medicamentos fornecidos pelo governo. Em casos de urgência, os moradores recorrem a embarcações próprias para buscar atendimento emergencial nos centros urbanos mais próximos.

No que tange à educação, a ilha dispõe de duas escolas de ensino fundamental (ciclos inicial e final), porém, a ausência de uma instituição de ensino médio obriga os jovens a migrar para a capital ou outros centros urbanos para dar continuidade aos estudos. Essa situação impõe um desafio significativo para a permanência dos jovens na ilha, impactando o desenvolvimento local e a coesão comunitária.

Figura 7 - Posto de Saúde e Escola na Ilha de João Pilatos



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O modo de vida dos ribeirinhos é um assunto que vem sendo abordado constantemente nos últimos anos para estudos científicos sobre a natureza, sobre o capital que eles geram, entre outros assuntos que podem ser abordados por esse povo.

As entrevistas e as memórias da comunidade nos fazem entender que ser ribeirinho, para as famílias da ilha de João Pilatos, em outros tempos, significava ter orgulho do suor do seu trabalho. No entanto, atualmente, há uma grande espera por benefícios governamentais, o que causa à juventude ociosidade e falta de disposição.

A análise dos problemas socioambientais e culturais revela uma intensificação constante ao longo do tempo, demandando a formação de cidadãos capacitados para o estudo e a resolução desses desafios no contexto local. A educação ambiental e cultural, nesse sentido, emerge como um instrumento fundamental para o desenvolvimento de agentes participativos, que possam contribuir ativamente para a melhoria da qualidade de vida e a promoção do bem-estar social em suas comunidades.

Nos dias atuais, quando se inicia discussão sobre modo de vida ribeirinho, é fato compreender as distâncias geográficas que ainda acometem esse povo, fato que dificulta melhores condições ao acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, à energia elétrica entre outros elementos necessários à vida humana. Essas carências são facilmente verificadas nas comunidades ribeirinhas que, por outro lado, vem sendo reivindicada pelos moradores para minimizar os problemas, como acesso elementar para melhorias de suas vidas e perspectivas mais adequadas para as novas gerações.

Mesmo com a “modernidade” da cidade invadindo o seu espaço a população ribeirinha se adapta aos meios e modos tradicionais de viver e mantendo sua tradição que, ainda que ameaçada pelas novidades exógenas, nunca deixa de estar lá, em seus motores rabudos e suas máquinas de bater açaí; nesse contexto, os ribeirinhos se apresentam como uma das populações mais ricas, para a qual converge toda a história de formação social da Amazônia.

Os festivais de açaí (Fig. 8) desempenham um papel multifacetado na economia das ilhas de Ananindeua, complementando as rendas provenientes de atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura de subsistência, e os benefícios sociais. Além de promover a valorização da cultura local, esses eventos geram recursos financeiros significativos, que são reinvestidos na construção de áreas de lazer, na melhoria da infraestrutura comunitária e no fortalecimento do comércio local.

A realização dos festivais de açaí impulsiona o desenvolvimento social e econômico da região, fomentando o turismo, a geração de emprego e renda, e o fortalecimento dos laços comunitários. A participação ativa da comunidade na organização e realização dos eventos contribui para o empoderamento local.

Realizado anualmente no segundo domingo de setembro sob a organização da associação comunitária, representa um evento de grande mobilização para os residentes de João Pilatos, visando a obtenção de recursos para melhorias na comunidade. Apesar do engajamento da população e da arrecadação de fundos, a geração de empregos formais permanece como um desafio persistente, com a economia informal ainda predominando no cenário econômico local.

Figura 8 - II Festival do Açaí das Ilhas de Ananindeua.



Fonte: Disponibilizado por moradores da comunidade (2023).

O ribeirinho, segundo Oliveira (2015) é cercado de saberes da tradição, não necessariamente da instrução escolar e do saber científico. Esse sujeito faz sua análise sobre as experiências adquiridas diretamente do contato com a terra e com o rio, de maneira imediata. No entanto, não se pode dizer que os ribeirinhos não são conhecedores de suas intervenções, eles sabem que a longo prazo podem consolidar no desequilíbrio do sistema ambiental, uma vez que toda experiência produz e reproduz conhecimento (Santos; Meneses, 2009).

Os ilhéus não vivem de forma isolada do mundo. Aliás, nenhum ilhéu produz para si mesmo. A produção é sempre para o mercado, para o consumo coletivo, para ser inserida na sociedade capitalista e para a demanda de todos, sejam os mais próximos do seio familiar, da comunidade ou de um outro ponto da cidade, da Amazônia ou do planeta. (Diniz, 2018, p. 134).

Segundo Geertz (1989) compreender uma cultura requer a interpretação de seus símbolos por meio de uma descrição densa das práticas do grupo. Daí a importância da Observação Participante, pois é necessário estar no meio cultural que se pretende estudar, observando, conversando, fazendo um trabalho de campo que consiste em viver com o outro, ver as coisas do ponto de vista dos atores, procurando compreender com eles o sistema de valores, as práticas, pensamentos, sentimentos que constituem o modo de ser, a existência

coletiva. Assim, na Observação Participante tem-se a oportunidade de registrar e examinar as atividades e os comportamentos no cotidiano da vida social.

Toda pesquisa qualitativa, social, empírica, busca a tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial (Bauer; Gaskell, 2008) mas, sobretudo, objetiva conhecer a maneira como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano. A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É fundamental reconhecer que a Amazônia transcende a mera função de provedora de recursos naturais, incorporando a identidade amazônica como um elemento central na constituição territorial de seus povos. As comunidades ribeirinhas, em particular, detêm um conjunto significativo de conhecimentos empíricos, que abrangem desde o manejo sustentável dos recursos naturais até os saberes tradicionais e as crenças culturais.

A valorização da identidade ribeirinha é crucial para a compreensão e o atendimento das necessidades específicas dessas comunidades, subsidiando a formulação de políticas públicas e legislações que visem aprimorar a oferta de serviços essenciais. A consideração da dimensão cultural e do conhecimento tradicional, portanto, configura-se como um passo decisivo para a construção de um futuro mais justo e sustentável para as populações ribeirinhas da Amazônia.

A identidade ribeirinha é profundamente marcada pela relação com o ambiente natural. A vida nas margens dos rios e a dependência dos recursos da várzea moldam não apenas a forma como os ribeirinhos vivem, mas também seus valores, costumes e conhecimentos tradicionais.

O modo de vida das comunidades ribeirinhas, está ligado aos ciclos fluviais e ritmos naturais, diverge significativamente do modelo de civilização globalizada, caracterizado pela homogeneização e pela aceleração dos processos sociais e econômicos. No entanto, é importante reconhecer que a expansão do sistema capitalista na região amazônica tem desencadeado transformações profundas nas dimensões social, política, econômica, cultural e territorial dessas comunidades. Essas transformações, por sua vez, têm gerado desafios e oportunidades para a manutenção dos modos de vida tradicionais e a busca por alternativas de desenvolvimento sustentável.

Ademais, nota-se que na Ilha de João Pilatos, em Ananindeua, um processo de revitalização da identidade ribeirinha, impulsionado pela emergência de novos agentes políticos e sociais. A comunidade demonstra um crescente engajamento em iniciativas de desenvolvimento econômico, buscando parcerias estratégicas para o fortalecimento da agricultura familiar e a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável.

Portanto, para obter a compreensão da identidade das comunidades ribeirinhas na região Amazônica é preciso ter a noção de suas culturas, suas territorialidades, seus conhecimentos e práticas cotidianas, já que a partir do empirismo e do concebido a consciência de pertencimento socioespacial e as identidades territoriais se constituem.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Pará fecha 2023 como líder absoluto na produção de açaí e dendê, além de mais três importantes culturas agrícolas.** Belém, 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/50282/para-fecha-2023-como-lider-absoluto-na-producao-de-acai-e-dende-alem-de-mais-tres-importantes-culturas-agricolas#:~:text=Par%C3%A1%20Par%C3%A1%20fecha%20o,segundo%20lugar%20no%20ranking%20nacional>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** (Tradução de Pedro Antonio Guareschi). 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL, Lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

CAMPOS, E. B. As sociedades Amazônicas e o SUAS. In: CAMPOS, E. B. (Org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social.** 1. ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. p. 31-51.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais.** In: CASTRO, Edna (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá.** 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CONCEIÇÃO, M.; SODRÉ, M.; FILHO, S. **Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: reflexões sobre o saber e o viver.** X Jornada Internacional Políticas Públicas. Belém, PA, 2021.

CRUZ, Manuel M. **Sítios agroflorestais na várzea do Careiro.** Revista de Geografia da Universidade do Amazonas, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan/dez. 1995.

CRUZ, Valter do Carmo. **Rio como espaço de referência identitária na Amazônia: Considerações sobre a Identidade Ribeirinha.** In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

DINIZ, Francisco. **Traduzindo o espaço nas ilhas de Ananindeua a partir da paisagem e lugar.** GeoAmazônia, Belém, v. 6, n. 12, p. 128-142, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/geo.v6i12.12533>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12533>. Acesso em: 10 out. 2023.

FONTES, E., RIBEIRO, F. 2012. **Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura.** História Oral 1 (15).

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 1994.

GAMA, A. S. M.; FERNANDES, T. G.; PARENTE, R. C. P. SECOLI, S. R. **Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil.** Caderno de Saúde Pública. São Paulo, 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Geografia geral - **Os gêneros de vida na geografia humana.** Revista Geographia. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.113-130, 2005.

LOUREIRO, J. J. P. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário.** Belém: CEJUP, 1995.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado-Homem-Natureza.** Belém: CEJUP, 1992.

LOUZADA, Camila. **As grandes obras para reabertura da BR-319 e seus impactos nas localidades ribeirinhas do Rio Solimões: Bela Vista e Manaquiri, no Amazonas.** 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1998.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: Pontos e contrapontos.** 7. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**, Dissertação – FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

MENDONÇA, Maria Silva de; FRANÇA, José Ferreira; OLIVEIRA, Andréia Barroncas de; PRATA, Ressiliane Ribeiro; AÑEZ, Rogério Benedito da Silva. **Etnobotânica e o saber tradicional**. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos de Vida e Uso dos Recursos Naturais. Manaus: EDUA, 1994. p. 91-106.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. p. 408.

NOGUEIRA, M. DE N. L.; SOUZA, L. DE O. **Educação Ambiental: um estudo de caso em uma comunidade ribeirinha do Estado do Amazonas**. Ensino em revista, 2019.

OLIVEIRA, José. **Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso à educação escolar**. Revista de Ciências da Educação, São Paulo, v. 1, n. 32, 2015. p. 73-95.

PINHEIRO, T. T. **Um modo de produção no espaço do ribeirinho: Um estudo do Distrito de Nazaré/RO**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. UFU, Uberlândia, MG: 2012.

SACK, Robert David. **Territorialidade humana: sua teoria e história**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTANA, Maria Rosângela; SILVA, Braz Ribeiro; GUIMARÃES, Maria Ivone Pereira. **As causas e consequências da evasão escolar na educação de jovens e adultos**. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, n. 74, p. 1-13, 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/causas-e-consequencias-da-evasao-escolar-na-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Rogério Graças dos Santos; SALGADO, Mayane Soares; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. **Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e a relação com a natureza**. Uniará – Universidade de Araraquara. São Paulo, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério (orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Iêda Rodrigues da. **Modo de Vida Ribeirinho: construção da identidade amazônica**. In: Jornada Internacional De Políticas Públicas, 8, 2017, São Luiz. Anais... São Luiz: Universidade Federal do Maranhão – UFMA. 22 a 25 de Agosto de 2017.

SILVA, Iraneide Souza. **Da natureza à mesa: trabalho e trocas materiais e interculturais em uma metrópole amazônica.** In: CASTRO, Edna Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima. (orgs.). Sociedade, Campo Social e Espaço Público. Belém: NAEA, 2014. p. 43-57.

SILVA, Luziene. **Alimentação na várzea amazônica:** um estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer-PA. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 4, n. 7, p. 177-206, jan./jun. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/342919478\\_Alimentacao\\_na\\_varzea\\_amazonica\\_estudo\\_dos\\_habitos\\_alimentares\\_de\\_familias\\_ribeirinhas\\_do\\_municipio\\_de\\_Alenquer-PA](https://www.researchgate.net/publication/342919478_Alimentacao_na_varzea_amazonica_estudo_dos_habitos_alimentares_de_familias_ribeirinhas_do_municipio_de_Alenquer-PA). Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Simone Souza da Costa, et al. **Rotinas Familiares de Ribeirinhos Amazônicos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, abr./jun. 2010, v. 26, n. 2, p. 341-350.

SILVA, Suany; FREITAS, Alair. **Mudanças nos Meios de Vida dos Ribeirinhos a Partir da Ressignificação Econômica do Açaí (Euterpe Oleracea Mart) Um Estudo Em Igarapé-Miri, Pará.** Amazônica - Revista de Antropologia. 2021.

SILVA FILHO, Eduardo Sanches da. **Uma proposta de modelagem linear para a cadeia reversa do açaí no estado do Pará.** 2019. 46 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) - Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, João Monlevade, 2019.

TOURINHO, M. M.; et al. **Várzeas do estuário do Rio Amazonas:** características e possibilidades agroecômicas. In: GAMA, J. R. V.; PALHA, M. Das D. C.; SANTOS, S. R. M. Dos (Org.). A natureza e os ribeirinhos. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2009. p. 269-292.